

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



Martins, J.P. de Oliveira (Lisboa, 1845 – Lisboa, 1894)

Historiador, economista, antropólogo, crítico social e político, Oliveira Martins foi um dos mais influentes pensadores na cultura histórica e política portuguesa desde os anos 70 do século XIX. Construiu uma vasta e multifacetada obra que deixou forte marca na visão de Portugal, não apenas entre as elites portuguesas mas também no estrangeiro, especialmente em Espanha e no Brasil. A sua ação e os seus trabalhos suscitaram controvérsia e marcaram não apenas historiadores, críticos, economistas e literatos do seu tempo e do século XX, mas a própria vida política portuguesa contemporânea.

Proveniente de uma família de média burguesia urbana, foi o terceiro de nove filhos. O pai, Francisco Cândido Gonçalves, era funcionário público e pequeno proprietário. Pelo lado materno era neto do desembargador Joaquim Pedro Gomes de Oliveira (membro da Junta Preparatória das Cortes de 1820, Secretário de Estado do Reino em 1823-24 e amigo de Mouzinho da Silveira) (Guilherme d'Oliveira Martins, *Oliveira Martins, uma biografia*, p.30).

Autodidata e leitor compulsivo, de um interesse insaciável por múltiplas expressões do humano, desde 1867 Oliveira Martins experimentou diversos géneros literários e ensaísticos: romance e drama históricos, ensaios de reflexão histórica e política e doutrinária. Mas essas tentativas, de valor desigual, não alcançaram grande sucesso. Em 1879, dá-se uma inflexão no seu percurso intelectual, com o início da publicação da Biblioteca das Ciências Sociais (BCS), um projecto editorial de sua exclusiva autoria. Embora alheia a intenções doutrinárias e ao espírito de sistema dominante na época (positivismo, evolucionismo, espiritualismo, etc.), não deixaria de, em parte, ser permeável a algumas estas tendências (Fernando Catroga, "História e ciências sociais em Oliveira Martins", *História da História ...* 1996, pp. 117-159).

Pelo largo fôlego e diversidade de matérias que pretendia abarcar - história peninsular, história nacional e ultramarina, história de Roma, antropologia, mitos religiosos, demografia, temas de economia e finanças, etc. -, a colecção constituiu um projecto sem precedentes no meio cultural português da Regeneração, com o objectivo de generalizar todo um conjunto de saberes entre um público alargado. O empreendimento editorial ficaria marcado pelo autodidactismo de Oliveira Martins, uma curiosidade científica sem limites e um bem evidente pendor interdisciplinar e globalizante que o afastaria da posição de Herculano no que respeita à



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

posição analítica deste último e à sua argumentação liberal. Esse autodidactismo é afinal indissociável do próprio percurso biográfico e profissional do historiador e à sua propensão para a acção.

Na verdade, devido à morte do seu pai, Martins não chegou a concluir o curso liceal e cedo se dedicou à actividade profissional como empregado em duas casas comerciais (1858-70). Exerceu depois funções de administrador de uma mina, na Andaluzia (Santa Eufémia, 1870-74) (Fernandez Clemente, “J. P. d’Oliveira Martins nas minas...” 2008). Nesse tempo foi retratado do seguinte modo: “No seu rosto, rasgado a traços largos e francos, e em que testa tinha nitidez e serenidade da luz matutina, cintilavam os olhos verdes, da cor da lágrima, vagos e misteriosos. Nunca se viu homem mais triste sorridente, nem sorriso tão tristemente luminoso” (Frederico D. d’ Ayalla, *Os ideais de Oliveira Martins*, p.32). De novo em Portugal, dirigiu a construção da linha ferroviária do Porto à Póvoa e Famalicão e foi administrador da respectiva Companhia ferroviária. Entretanto era eleito presidente da Sociedade de Geografia Comercial do Porto (1880) e depois nomeado diretor do Museu Industrial e Comercial do Porto (1884). Exerceu ainda as funções de administrador da Régie dos Tabacos (desde 1888) e da Companhia de Moçambique (1888-90) e fez parte da comissão executiva da Exposição Industrial Portuguesa (1888).

Atento observador da actualidade nacional e internacional do seu tempo, desde muito jovem - veja-se a sua colaboração na *República*, 1870 e na *Revista Ocidental*, em 1875 - Oliveira Martins viria a aprofundar a sua prática de redactor da imprensa periódica com a fundação d’*A Província* (1885-1887) no Porto, e depois, já em Lisboa, *O Repórter* (1888). Para além destas experiências profissionais tão diversas, convicto da necessidade de reformar profundamente a vida política nacional, aderiu ao Partido Progressista (1885), partido em que dinamizaria a facção da chamada Vida Nova, em apoio a Anselmo Braamcamp, que muito admirava (vd. *Política e economia nacional*, 1885). Oliveira Martins foi um dos mais coerentes e profundos críticos da política de Fontes Pereira de Melo. Via nele a personificação de uma “oligarquia burocrática” desligada do país real, e cujas práticas políticas de clientelismo e caciquismo teriam, a seu ver, favorecido o republicanismo (*A Província*, III, 428-432). Aquando da sua morte, não deixou todavia de reconhecer qualidades de carácter ao líder do Partido Regenerador.

No plano político, não deixa de ser sintomático o modo tão díspar como a sua intervenção na sociedade portuguesa foi julgada pelos seus contemporâneos. É um facto que aceitou o apoio de regeneradores numa candidatura independente a deputado (1878). Tal como aceitaria ser candidato oficial pelo Partido dos Operários Socialistas de Portugal às eleições de 1879. E são conhecidas as suas intenções reformadoras quando aderiu ao Partido Progressista (1885). Foi eleito deputado (sucessivamente, de 1886 a 1894) e, em 1892, nomeado Ministro da Fazenda no ministério de José Dias Ferreira. Desempenharia este cargo apenas por quatro meses, devido a divergências com o chefe do governo, que lhe retirou o apoio. Percurso muito criticado na época, especialmente pelos republicanos, deve contudo compreender-se tendo em conta a apreciação que Oliveira Martins fazia da vida política nacional e das suas insuficiências no ponto de vista da relação entre a elite política e a sociedade civil, sem perder de vista o quadro do seu projeto reformista,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

independente e suprapartidário, que subalternizava questão formal do regime (atitude que partilhava com Antero de Quental). A adesão ao socialismo catedrático, a crítica ao modo de representação eleitoral em vigor e ao carácter oligárquico do sistema parlamentar levou-o a propor, ainda em 1879, um modelo organicista de representação política, alternativo ao *statu quo* que, a seu ver, incentivava o caciquismo e o clientelismo (*As eleições*, 1879; vd. Fernando Catroga, “O problema político...” 1981). As suas sugestões de ditadura extraordinária e de reforço do poder de estado (já presentes nas “Explicações” à 2ª ed. do *Portugal Contemporâneo*, em 1883), a aproximação ao jovem rei D.Carlos e a inspiração cesarista não resultaram como poderia ter desejado quando se acentuou a crise financeira e política nos anos de 1890-92.

Certo é que a acção política de Martins nem sempre esteve em sintonia com a leitura crítica que construiu do passado nacional. Assim, uma leitura superficial da *História de Portugal* e do *Portugal Contemporâneo* pôde fornecer argumentos fáceis para ataque à monarquia constitucional, em especial à dinastia de Bragança e ao parlamentarismo liberal. E assim sucedeu, quer por parte dos republicanos, quer, mais tarde, por parte dos Integralistas Lusitanos - estes últimos rejeitando, por outro lado, o tom melancólico, céptico e de uma vaga descrença no futuro que pairava sobretudo no *Portugal Contemporâneo*. Mas a complexidade das suas obras sempre resiste a leituras imediatistas comandadas por quaisquer agendas políticas.

A desilusão com a vida política portuguesa levá-lo-ia em 1891 a passar larga temporada em Inglaterra (de que resultaria esse olhar crítico sobre a sociedade inglesa *A Inglaterra hoje*, 1891) e a aprofundar o projecto que iniciara em 1889 com *Os filhos de D.João I*: uma série de biografias históricas de grandes figuras do passado nacional, centrando-se na dinastia de Avis. Era afinal outro modo de intervir num tempo presente que via com profundo cepticismo e de evocar um passado em que a nação tivera à sua frente uma pequena elite ilustrada cuja acção acabaria por ter um alcance universal. Pode sumarizar-se o percurso intelectual de Oliveira Martins nos seguintes tempos:

1. 1867-1878: estreia, em múltiplos géneros (romance histórico, drama, crónica, crítica literária, artística, social e política); é uma fase sincrética de experimentação de ideias e primeiros tentâmes críticos no campo de um jornalismo de ideias- em qualquer destes géneros já convoca a história; ensaio de temática histórica (1872 e 1878); crítica social e política; textos de doutrina e reflexão sobre o socialismo (1872-73); crónica de atualidade, de incidência diversa (*Revista Ocidental*, 1875); desenvolve-se e alarga-se, em termos de problemática, a anterior experimentação, centrando-se agora em três grandes áreas, a história e o pensamento social e político e os estudos sobre finanças. Inicialmente foi muito marcado pela leitura de obras Proudhon e Hegel. De apologista de uma república social e federalista, na sequência do malogro da República em Espanha, logo passa a crítico sagaz do republicanismo (1873-74) e teórico do socialismo catedrático.

2. 1879-1885: publicação da Biblioteca das Ciências Sociais, de temática muito variada, em que à aprendizagem do seu autor corresponde, a apresentação pública dos resultados dessa autoformação. Note-se que essa divulgação pública foi por vezes amadurecida durante anos (caso da *História da Civilização Ibérica* e de *Portugal Contemporâneo*). Foi assim definindo um vasto projeto de divulgação cultural e científica,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

revisto sucessivamente, voltado para um público não erudito de classe média, com destaque para a elite que se formara nos liceus. Centrada na perspectiva histórica, a BCS alargou-se a outras perspectivas, da geografia e da economia à política, antropologia, sociologia e psicologia coletiva, no que se revelou profundamente inovadora, como notou Albert Silbert em 1971. Aprofunda-se e estrutura-se a sua original visão da história de Portugal, a contra-corrente do historicismo nacionalista dominante na cultura portuguesa oitocentista. E não por acaso, ao invés do que tinha previsto inicialmente, a publicação desta série iniciou-se com quatro volumes dedicados à “civilização peninsular” – o que logo indicia o modo integrado como via a experiência histórica portuguesa em estreita relação com a da restante Espanha, já no primeiro volume dado à luz, a *História da Civilização Ibérica* de 1879, seguido, no mesmo ano da *História de Portugal* e nos anos seguintes do *Portugal Contemporâneo* e *d’O Brasil e as colónias portuguesas* (1881). Obras controversas, logo recenseadas e discutidas publicamente com os seus críticos (vd. “A História de Portugal e os críticos” [1880], *História de Portugal*, 215-226).

4. 1885-1894: retoma da crónica política na imprensa periódica, ensaísmo histórico (por exemplo, *Portugal nos Mares*), biografias históricas e crónicas de viagem (respeitantes a Inglaterra e Espanha). Corresponde ao abandono da Biblioteca das Ciências Sociais, à fase de mais intensa atividade política (1885-1892) e à concepção de um plano de biografias históricas (desde 1889), concentrando-se o seu interesse no período áureo da história nacional (dos finais do séc. XIV ao séc. XVI) e nas suas personalidades representativas (os filhos de D. João I, Nuno Álvares Pereira, D. João II). Esse tempo forte encerrava, a seu ver, as melhores experiências políticas e ensinamentos para o presente.

Quer no plano historiográfico quer no plano político-ideológico, Oliveira Martins ocupa um lugar singular no panorama cultural e político português da segunda metade do séc. XIX, e sempre resiste a quaisquer etiquetas que se lhe aponham. Teórico do socialismo de inspiração proudhoniana, evoluindo depois no sentido do reconhecimento da relevância da autoridade e da razão de Estado? Mentor do grupo dos Vencidos da Vida, no final do decénio de 1880? Historiador romântico, cultor de uma história narrativa, dramática, de expressão artística? Historiador metafísico, pessimista, filósofo da história? Divulgador de uma antropologia de cariz evolucionista e darwinista? Sem dúvida. E dele se disse tudo isto (C. Maurício, *A invenção de Oliveira Martins*).

Ao longo dos seus estudos, vamos deparando com uma reflexão teórica sobre o lugar da história no conhecimento que se foi transformando, dos trabalhos de juventude às biografias dos últimos anos. Em *O helenismo e a civilização cristã* (1878), muito marcado pela obra de Hegel, Martins distanciava-se já de concepções providencialistas, metafísicas e positivistas. E se então admitia a formulação de leis históricas no quadro de uma concepção necessitarista do curso da história, notava no entanto que “as leis próprias de cada povo variam com as condições especiais da sua existência”, identificando uma lei fundamental: “o encontro dos diversos povos e suas civilizações” (p.11). Não esquecia todavia o papel do fortuito na história. Mas já nessa obra se afirma a convicção da superioridade da civilização europeia que retomará em *As raças*



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

humanas e a civilização primitiva (1881). Nesta obra e no *Quadro das instituições primitivas* (1883), inspirando-se na antropologia evolucionista da época (Spencer, Lubbock, Karl Vogt), Martins via nos selvagens um estágio de infantilidade e inconsciência em que dominavam a emoção e a violência sobre a racionalidade. Compreende-se pois que, no seu ponto de vista etnocentrista, embora fosse favorável à abolição da escravatura (cuja desumanidade condena), a considerasse como uma fase necessária e positiva de expansão individual e social (Norberto Cunha, *Sobre a natureza humana...*, pp.310-325).

Para Oliveira Martins a história é, à maneira de Hegel, o teatro onde o espírito humano se revela. É expressão da consciência humana, mas também do Inconsciente que move os heróis no seu instinto, independentemente da sua vontade (conceito que colheu em E. Hartmann). O historiador parece por vezes contradizer-se, como diversos intérpretes da sua obra notaram. Mas mais pertinente do que registar contradições parece ser, como notámos noutra contexto, a coexistência de múltiplos pontos de vista (ou múltiplas vozes) na sua escrita, sem esquecer as diversas escalas que elegeram: nacional, peninsular, europeia, global. Tome-se como exemplo a complementaridade da *História da Civilização Ibérica* e da *História de Portugal*. Se em ambas é evidente a integração de uma pluralidade de métodos e saberes (geografia, antropologia, economia, ciência política, psicologia, história). Enquanto na primeira destas obras é evidente uma intencionalidade científica e teórica que procura assinalar grandes tendências de mudança histórica e movimentos colectivos numa escala peninsular, na segunda a perspectiva é de história nacional (Portugal como “molécula do organismo social ibérico”), seguindo o método narrativo de uma história-drama que privilegia acções individuais e quadros colectivos animados, passando do comportamento individual ao comportamento colectivo, do grande plano ao plano geral, à maneira de Michelet. Na *História de Portugal*, tal como no *Portugal Contemporâneo*, há para além de uma evidente dimensão ética associada ao velho tópico *historia magistra vitae*, uma intencionalidade realista: “apresentar crua e realmente a verdade é o melhor modo de educar” (*História de Portugal*, p.XII). A respeito da sua estratégia narrativa na *História de Portugal*, Martins usaria mais tarde uma metáfora artística, aliás perfeitamente adequada ao carácter cinematográfico da sua representação do passado, alternando o retrato individual com o plano de conjunto: “pintura sintética e dramática da vida”, assim designaria mais tarde este processo (“Advertência”, *A Vida de Nun’Álvares*, 1984[1893], p.7). E referir-se-ia aos “episódios tragicómicos” com que representou a patologia da sociedade portuguesa oitocentista, no *Portugal Contemporâneo* (Id., p.9). Todavia, em qualquer dos casos, o historiador adoptava uma linguagem organicista em que a analogia entre a nação e um ser individual, orgânico e moral, é frequente – dir-se-ia uma alma ou consciência comuns. Veja-se o conceito de *nação* que adopta: “...aquele grémio de homens que adquiriu *coesão orgânica*, tradições, hábitos e vontade ou consciência comum, quer na sua constituição os fundadores tivessem, quer não tivessem afinidade étnica, e quer até ocupassem ou não ocupassem um lugar adequado”. Já o conceito de *nacionalidade* remete, no seu entender, para uma “base etnogénica”, forjada por uma “tradição de ascendência comum” (caso dos judeus ou dos ciganos, que a seu ver, não constituíam nações) (*Política e economia nacional*, p.44-45). Esta distinção



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

não impede todavia Oliveira Martins de oscilar nas suas obras entre um conceito de nação política, nação consciência que resulta de uma determinação da vontade da sua elite (o povo, nas suas narrativas, figura geralmente em planos gerais, cenários não raro espectrais) e sugestões de um determinismo étnico que, aqui e ali, emergem como factor explicativo: por exemplo quando propõe a hipótese de uma “maior dose de sangue céltico” para explicar a diferença de carácter dos Lusitanos (*História de Portugal*, I, p. 6). Se é certo que rejeita a ideia determinista de uma unidade étnica nas origens da nação (compreende-se assim a sua crítica ao conceito de nação natural e étnica de Teófilo Braga), também é verdade que nas suas obras são frequentes sugestões que vão nesse sentido racialista (*Idem*, I, p. 6), porventura excessivamente sublinhadas mais tarde por António Sérgio. Mas a obra em que é mais evidente a sua permeabilidade ao determinismo étnico, aderindo inequivocamente à teoria racialista então em voga que advogava a superioridade dos povos arianos é *As raças humanas*. Ainda assim, Martins admitia aí a ideia de um progresso irregular, variável e assíncrono entre diferentes sociedades. E, também a este respeito, em divergência com os positivistas, marcava bem a ideia de indeterminação do devir: não fecha as narrativas da *História de Portugal* e do *Portugal Contemporâneo* com duas perguntas em aberto? E num texto de 1884 não topamos uma pergunta que o distancia inequivocamente dos sistemas teleológicos? “Quem pode determinar leis e descobrir razões científicas a tantos e tão complexos acontecimentos? (...) que vaidade não é querer determinar os motivos, prever as consequências, quando nos achamos perante o complexo inextricável dos instintos animais dos povos, dos seus instintos racionais, e das paixões dos homens (...)?” (“Teoria da história Universal”, *Política e história* II, 1884, p.7). Martins estava bem consciente das descontinuidades e rupturas (revoluções) no processo de evolução das nações. Admitia assim uma ideia de progresso não uniforme, com fenómenos de “paralisação” do desenvolvimento (dava como exemplo a China) ou mesmo de degenerescência (casos do Egipto ou da Polinésia). E embora considerasse a Europa o centro mais adiantado da civilização, admitia a emergência no seio dela de fenómenos regressivos (malthusianismo, infanticídio, alcoolismo, prostituição, poligamia, etc.), com a emergência dos “bárbaros do interior” e expressões de degenerescência – conceito muito em voga nos meios científicos da época, na psicopatologia (mas não só) logo importado pelas ciências sociais. Tal como Hegel, Martins via no curso da história na realização ideal teleológico da liberdade e aceitava à maneira evolucionista a ideia de que as sociedades ocidentais caminhavam necessariamente no sentido da democracia, ameaçadas pelas movimentações sociais das “plebes proletárias”. Mas não de um modo linear: o futuro próximo seria a retoma de um cesarismo socialista, protector dos desvalidos, como observava na Alemanha (“Teoria...”, *Política e história* I, pp.29-30). A civilização (no singular) dependia, a seu ver, entre outros factores, da “capacidade psicológica da raça”. Não esquecia contudo a influência do meio, do factor religioso e o papel do acaso na mudança social, que aprendera em Cournot (*As raças...*, vol.I, 36). Por tudo isto, compreende-se a sua rejeição do conceito de uma história universal sistemática como a concebia o positivista Teófilo Braga, um amigo de juventude de quem depressa se afastou – do mesmo passo que se aproximara estreitamente de Antero de Quental numa profunda relação de amizade que foi também de alto



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

valor crítico para os seus próprios trabalhos. Se havia civilizações específicas, independentes umas das outras, com características muito diversas e ritmos de desenvolvimento diversos, a história universal não passaria de uma quimera. E seria impossível periodizá-la (*As raças...* II, 273).

Admitia, contudo, diferenciar grandes épocas na história de uma civilização particular o que implicaria distintos campos de observação para o historiador: uma primeira época de agregação de elementos, em que uma comunidade não passa de um “ser mecânico”; uma segunda de organização em que a nação é um “ser biológico” e uma terceira, em se expressa em ideias e sentimentos colectivos, num pensamento (*História da Civilização Ibérica*, pp.212-213). Numa inspiração hegeliana, os heróis são vistos como aqueles que exprimem superiormente o espírito nacional. No caso da história portuguesa, Oliveira Martins sugeriu ao longo da sua obra diversas propostas para a sua divisão em períodos. Em qualquer dos casos, distanciava-se dos critérios meramente dinástico ou político. Na introdução à *História de Portugal* de Henry Stephens (1893), distingue três grandes épocas: “constituição”, “expansão” (de Aljubarrota a Alcácer Quibir) e “decadência” (daí ao séc. XIX) (S.C.Matos, *Historiografia e memória nacional...* 1998, 219-221).

Outro exemplo da diversidade de pontos de vista que adopta é o *Portugal Contemporâneo* (1880), vasto fresco sobre o passado recente (1826 a c. de 1870), assente num conjunto muito variado de fontes (imprensa periódica, discursos políticos, livros de viagens, panfletos, cartazes, etc.), reúne diversos tipos de registo, da crónica de acontecimentos centrados em personagens históricas significativas com que logo se abre o livro I, até ao ensaio direccionado para uma reflexão profunda sobre a sociedade portuguesa e a sua história, passando pela história e por incursões antropológicas de grande interesse. Lembrem-se, a este último respeito, as sugestões que, a propósito da revolta popular da Maria da Fonte, nos dá sobre o matriarcado da sociedade minhota, em que “a mulher governa a casa e o marido; excede o homem em audácia, em manha, em força; ara o campo e jornadaia com a carrada de milho, à frente dos boisinhos louros”, fazendo ainda contrastar o “olhar alegre, quase irónico da moça garrida, luzente de ouro”, com a “fisionomia mole do rapaz, abordado ao cajado, contemplativo, submisso, como diante dum ídolo” (*Portugal Contemporâneo*, III, p.52). Aqui, tal como noutras obras históricas, é evidente, ao longo da sua escrita, a multiplicidade de ângulos de observação e uma notável capacidade crítica de compreensão social. Particularmente interessante nesta obra marcante é que ela incide, em parte, numa época que o autor tinha vivido ou conhecido, directamente ou através da memória dos seus próximos. Nela se articula pois conhecimento e memória primária de acontecimentos (pelo menos os mais recentes, da década de 1860) com uma investigação documental e estudo alargados: vejam-se os valiosos quadros estatísticos que constam na 1ª edição da obra (e que lamentavelmente viriam a ser eliminados em edições posteriores).

Pela obra de Oliveira Martins perpassa ainda um debate oitocentista: história ciência ou arte? Se em 1879, o historiador admitia um conceito de uma história-ciência, já em 1881 rejeita-o e caracteriza a história do lado da indeterminação, “da imaginação que vê, adivinha, pressente com um poder intuitivo, unicamente suscetível de reproduzir sinteticamente a realidade das cousas vivas” (“Da natureza e do lugar das ciências



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

sociais”, *Literatura e filosofia*, pp.336-337). Classifica-a como “arte narrativa, literária”, que “narra e pinta, [enquanto] a filosofia define e explica”. Martins rejeita o determinismo: o curso dos acontecimentos não obedece a um sistema de leis (embora se possa topar em certos casos uma relação de causa-efeito). Todavia, “nada há (...) de permanente e fixo na sucessão das causas, e por isso se torna impossível de seguir uma dedução sistemática”. A comparação entre a sucessão dos factos e o *curso de um rio num mapa geográfico*, usada pelo historiador ilustra bem o seu pensamento: a continuidade é contrariada “pelos acidentes do leito, mas dirigido sempre pela inclinação geral da bacia em que corre”. O que não impede que, para além do aleatório, o historiador possa descobrir e definir “as influências e as relações, as causas e os efeitos (...), as tendências, por uma feliz aliança do raciocínio e da intuição” (Id., p.338). E que admita que a observação das criações racionais da humanidade, no plano das ideias, permita a “ciência do desenvolvimento racional, orgânico da sociedade” – que designa de “nomologia” (“Teoria...”, p.6). Em qualquer caso, em 1884, a sua ideia é muito clara: dada a diversidade de experiências de diferentes comunidades humanas, a história não pode ser tomada como ciência sistemática, é antes narrativa. E, por isso mesmo, seria impossível reduzir todas essas experiências a um “todo sistemático”. Advertência de grande utilidade ainda hoje, quando se pensam as possibilidades uma história global.

Pode então dizer-se que para Oliveira Martins a historiografia é sinónimo de literatura? De modo algum. Talvez por ter tido uma experiência não gratificante com o romance histórico (o esquecido *Febo Moniz*, 1867), e de ter sido leitor compulsivo de historiadores nacionais e estrangeiros como Guizot, Michelet, W.Humboldt, Ernest Renan, T. Mommsen, Carlyle, Macaulay ou Lafuente, Martins alimentava uma ideia negativa sobre o romance histórico: considerava-o um género pastiche. Prezava o sentido de autenticidade e de busca de verdade, assente num “saber solidamente minucioso” num “conhecimento exacto e erudito dos factos e condições reais, sob pena de, em vez de escrever história, inventarem-se romances” (“Advertência”, *Os filhos de D. João I*, 1891, p.9). O que não impede que tenha sido criticado por fantasiar factos históricos (Maurício, *A invenção...* 2005).

Não deixa de ser surpreendente que uma das críticas mais lúcidas das suas obras (e muitas houve) tenha vindo da parte de um grande ficcionista, o seu amigo Eça de Queiroz. Em 1894, agradecendo-lhe a oferta de *A Vida de Nun’Álvares*, Eça notava a parecença entre figuras históricas retratadas neste livro e figuras políticas portuguesas da actualidade de então (que OM bem conheceria): parecenças entre o conde de Andeiro e o político progressista Mariano de Carvalho, entre D. Álvaro de Castro e as características modernas da figura do conselheiro. Eça distanciava-se também de certos pormenores de “detalhe plástico” e perguntava-lhe, tomando um exemplo significativo de *A Vida de Nun’Álvares*: “Que documento tens para dizer que a rainha num certo momento cobriu de beijos o Andeiro, ou que o Mestre passou pensativamente a mão pela face?... Estavas lá? Viste? Esses traços, penso eu, não dão mais intensidade de vida, e criam uma vaga desconfiança” (Eça de Queiroz, Carta a OM de 26.04.1894, *Correspondência*, II, p.261). Na ausência de fontes e informação nelas colhida, o processo realista das narrativas martinianas recorria com frequência a



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

um efeito de verosimilhança. Martins explicitou este seu método psicológico em resposta à crítica de Eça: “...o homem não se estuda senão *in vivo*. A natureza é pouco fértil em combinações e com a diferença dos tempos os tipos repetem-se. Os homens de qualquer época têm na actualidade os seus retratos. Por isso, tomar a observação dos indivíduos vivos como critério para a apreciação dos mortos é processo aconselhado e seguido pelos mestres: Mommsen, Renan”. Donde, sem a sua passagem pela vida social e política, pelo mundo dos negócios, teria sido impossível a Oliveira Martins obter o “conhecimento real dos homens” (carta a EQ, s.d. [8-05-1894], *Correspondência de Oliveira Martins*, p.266). Mais do que isso, para o historiador, uma personalidade tipo, representativa, como que concentrava em si o *zeitgeist* - daí que considerasse que “um carácter bem estudado vale por um mundo visto” (*Os filhos...*p. 275).

Recurso fundamental associado à imaginação psicológica (Moniz Barreto) na construção das suas narrativas totalizadoras é a verosimilhança, que considerava “a primeira das nossas exigências intelectuais”. É que, no seu método sintético e totalizador, “as probabilidades suprem muitas vezes a falta de provas. Não há fantasia nem romance, na história assim concebida”, método também aplicável às civilizações anteriores ao neolítico que designava de “reconstrução sintética das sociedades” (*Elementos de Antropologia*, p.20). O verosímil podia ser colhido pela intuição, pela suposição, e pelo conhecimento dos homens do próprio tempo do historiador – admitindo que o carácter humano permanece para além dos tempos, distinguindo todavia os “simples” e os “requintados”. Donde, a sua justificação (discutível já na sua época) de que “podemos explicar, definir, adivinhar, o que ia nebulosamente nas almas dos simples de outras eras” (*Correspondência...*, p.267). Também o contacto inspirador com lugares onde tinham ocorrido os acontecimentos que queria relatar fez parte do seu método narrativo realista. Assim cenas como o desembarque do exército liberal de D.Pedro IV no Pampelido, foram escritas na sequência de uma incursão a essa praia do norte de Portugal. E na viagem por terras de Castela em 1894, de visita aos lugares em que tinha ocorrido a batalha do Toro, tinha a intenção de tomar contacto com os ambientes onde circulara Afonso V e assim colher elementos para a redacção d’ *O Príncipe Perfeito* (vd. *Cartas Peninsulares* 2018, introd. de César Rina).

Por outro lado, perante a falta de informação, adoptava uma outra estratégia narrativa: o recurso a marcas de enunciação que remetem para suposições, relativizando assim a assunção da verdade, processo bem patente também no *Portugal Contemporâneo*: “parece que...”, “talvez”; “se foi verdade...”. Ou a multiplicação de possibilidades do sucedido: assim, p.ex. a propósito da morte de D.João VI, causada ou não por envenenamento, ou de perguntas sobre o futuro (a propósito da conjuntura que então se viveu, em 1826). Outro processo muito usado pelo autor, foi o das analogias entre figuras históricas portuguesas e figuras da antiguidade (históricas, literárias ou míticas): assim, por exemplo, o infante D.Henrique, ao conceber o império é visto como o “Cipião português” e nele renascia “o génio mercantil de Hanon e o génio militar de Aníbal” (*Os filhos*, pp.18 e 198). D. Pedro teria sido o “Hamlet português” (Idem, p.236). E Herculano é comparado a Catão. Do ponto de vista da recepção, o método psicológico e de reconstrução sintética adoptado pelo historiador tornou-se de grande eficácia, inclusive no campo do ensino (que também esteve no horizonte das



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

suas preocupações).

As numerosas reedições de muitas das obras de Oliveira Martins, não apenas em português mas em versões castelhanas, sem esquecer, em alguns casos, também em língua inglesa, revelam o persistente interesse que despertou o seu trabalho. A sua interpretação da história nacional deixou fortes marcas em historiadores, ensaístas, romancistas e poetas seus contemporâneos e posteriores (Eça de Queiroz, Guerra Junqueiro, Fernando Pessoa, Ruy Belo, António Sérgio, Jaime Cortesão, A. José Saraiva, Óscar Lopes, Eduardo Lourenço, entre tantos outros), até à actualidade. Sem esquecer cineastas como Manuel de Oliveira.

Mas num tempo em que se afirmava um conceito de história positiva, história-ciência - fundamentada em documentos – tal como fora formulada na *Revue Historique* desde 1876 -, compreende-se que a historiografia martiniana suscitasse reservas. No entanto, Eça de Queiroz não deixou de sublinhar as qualidades do historiador como artista: a sua compreensão das movimentações colectivas de um modo realista (processo que aproximava de Zola). E elogiava as biografias históricas que Martins estava a compor, considerando-as “o maior serviço que neste século se tem feito a Portugal”, pois reabilitavam o patriotismo, *reaportuguesavam* Portugal. Nestas biografias do final da vida, a par de indiscutíveis qualidades literárias e ensaísticas, o historiador revelou empenho na pesquisa e utilização de fontes, nas quais procurava escorar as suas obras. Mas raramente essa qualidade lhe foi reconhecida (Vitorino Magalhães Godinho é uma das excepções). Durante todo o século XX, e hoje ainda, continuamos a topar duas linhas de leitura da obra historiográfica de Oliveira Martins: a daqueles que valorizam o contributo decisivo que deu para a compreensão e reflexão acerca da experiência histórica portuguesa – caso de Magalhães Godinho; e aqueles que são muito críticos relativamente à ausência de fundamentação de retratos físicos e psicológicos de figuras históricas e de passagens relevantes das suas narrativas não lhe reconhecendo sequer o estatuto de historiador – Oliveira Marques chega ao ponto de afirmar que lhe faltava “o autêntico conhecimento do passado, o contacto directo com as fontes, a prudência, a objectividade, o equilíbrio, em suma” (*Antologia da historiografia portuguesa*, vol.I, 1974, p.40). Juízo que não se poderá generalizar a toda a sua obra. É certo que o retrato que nos dá do rei D. Duarte é, em parte, não fundamentado - sobretudo no que respeita a sua ineficácia e indecisão na acção política (Luís M. Duarte, *D. Duarte*, 2005, p.21). E que a representação física, ética e política do infante D. Pedro tem muito do perfil de Antero de Quental, como notou em 1923 Sousa Holstein e confirmou recentemente Carolina Rufino (Rufino, *O processo historiográfico de Oliveira Martins...*2017), e do próprio Oliveira Martins que com ele se identificou. Já o retrato de D. João VI na *História de Portugal*, que à primeira vista parece reduzir-se a uma caricatura grotesca, ou a notável narração da fuga da família real para o Brasil baseiam-se em larga medida em fontes da época e em trabalhos de outros historiadores (Herculano e Luz Soriano, entre outros). E ao invés do que supunha Silva Cordeiro, a tão sugestiva *História da República Romana* (1885) não se limitava a seguir a *História romana* de T. Mommsen, fundamenta-se também em diversas fontes antigas: Valério Máximo, Suetónio, Cícero, sem esquecer fontes literárias, embora não raro as distorcesse (André Teixeira, *As “fontes inexauríveis...”*, 2021).



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Há todavia um aspecto a que não se tem dado suficiente atenção (com excepção da modelar edição crítica da *História de Portugal* preparada por Martim de Albuquerque e Isabel Albuquerque): o cuidado por parte do autor em rever aturadamente os seus trabalhos e pontos de vista anteriores. Lembrem-se as sucessivas reestruturações a que submeteu o plano da Biblioteca das Ciências Sociais (Vakil, 1999, pp.64-74); a revisão da *História de Portugal* e do *Portugal Contemporâneo* tendo em conta diversas críticas que lhe haviam sido dirigidos (entre outras, a do informado Camilo Castelo Branco e de Eça de Queiroz, de Antero de Quental ou de João Lobo de Moura); a reelaboração de *Os Lusíadas. Ensaio sobre Camões e a sua obra* (versão original, 1872) em 1891, ou as diversas propostas de periodização do percurso histórico nacional que sucessivamente adotou. Não há dúvida, todavia, que as qualidades do prosador de largos dotes artísticos e imaginação poética (Sampaio Bruno, A. José Saraiva) sobrepõem-se, por vezes, às exigências do rigor histórico.

Mas a multiplicidade de pontos de vista que sempre aflora em tão diversa reflexão teórica torna mais densa a compreensão do seu legado. Ainda hoje a obra de Oliveira Martins suscita interpretações e juízos tão descontraídos como nos finais de Oitocentos - sobretudo no que respeita à sua historiografia e ao pensamento social e político que deixou. O que permanece indiscutível é a indelével presença do seu espírito crítico entre nós, a fina lucidez da sua compreensão dos problemas portugueses do seu tempo. Que em larga medida permaneceram no século XX.

Bibliografia activa: *Febo Moniz*, Lisboa, Empresa Lusitana Ed. s.d. (1867); *Os Lusíadas. Ensaio sobre Camões e a sua obra, em relação à sociedade portuguesa e ao movimento da Renascença*, Porto, Imprensa Portuguesa Ed., 1872; *Teoria do socialismo* (pref. de António Sérgio), Lisboa, 1952 (1.ª ed., 1872); *Portugal e o Socialismo* (pref. de António Sérgio), 2.ª ed., Lisboa, 1953 (1873); *A circulação fiduciária. Memória apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa*, Lisboa, PAMP, 1923 (1878); *História da civilização ibérica*, 8.ª ed., Lisboa, Parceria A.M.Pereira, 1946 (1.ª ed., 1879; 1ª ed. em castelhano Madrid, 1894; ed. 2007 Pamplona, com estudo introd. de Sérgio Campos Matois; trad. inglesa de Aubrey Bell e pref. de S. Madariaga, Londres, Oxford University Press, 1930); *História de Portugal*. Edição crítica (introd. de Isabel de Faria e Albuquerque e pref. de Martim de Albuquerque), Lisboa, INCM, s.d. [1988]; *Portugal Contemporâneo*, 3 vols., Lisboa, Guimarães Editores., 1953 (1.ª ed., 1881); *O Brasil e as colónias portuguesas*, 5.ª ed., Lisboa, Parceria A.M.Pereira, 1920 (1.ª ed., 1880); *Elementos de Antropologia*, 7.ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1954 (1880); *As raças humanas e a civilização primitiva*, 4.ª ed., 2 vols., Lisboa, Parceria A.M.Pereira, 1921 (1881); *Sistema dos mitos religiosos* (pref. de José Marinho), 4.ª ed., Lisboa, 1986 (1882); *Quadro das instituições primitivas*, 3.ª ed., Lisboa, Parceria A.M.Pereira, 1909 (1883); *O Regime das riquezas*, 3.ª ed., Lisboa, Parceria A.M.Pereira, 1917 (1883); *Tábuas de cronologia e geografia histórica*, Lisboa, Livraria de António Maria Pereira Ed., s. d. (1.ª ed., 1884); *Política e economia nacional*, 2.ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1954 (1.ª ed., 1885); *História da República Romana*, 4.ª ed., 2 vols, Lisboa, Parceria A.M.Pereira, 1927 (1885); *Camões, Os Lusíadas e a Renascença em Portugal*, 4.ª ed., Lisboa, Guimarães Ed., 1986 (texto



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

correspondente ao da 2.^a ed., 1891); *Portugal nos Mares*, Lisboa, Guimarães Editores, 1994 (1889 e 1924); *Os filhos de D. João I*, 2 vols., Lisboa, Guimarães Editores, 1983 (1.^a ed., 1891; 1.^a ed. em castelhano Buenos Aires, 1946; trad. Inglesa com anotações de Johnston Abraham and W. E. Reynolds, Londres, 1914); *A vida de Nun'Álvares*, 9.^a ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1984 (1.^a ed., 1893); *A Inglaterra de hoje*, Lisboa, Guimarães Editores, 1951 (1893; trad. Inglesa de C.J. Wildey, Londres, 1896); *Cartas peninsulares*, Lisboa, Liv. António M.Pereira, 1895 (ed. castelhana, Cáceres 2018, com estudo introd. de César Rina Simón); *O Príncipe Perfeito* (pref. de H. Barros Gomes), 6.^a ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1984; *Dispersos* (sel., pref. e notas de António Sérgio), 2 vols, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1924; *Correspondência de J.P. de Oliveira Martins* (pref. e anotada por F.A. de Oliveira Martins, Lisboa, Parceria A.M.Pereira, 1926; *Perfis* (pref. de Luís de Magalhães), Lisboa, Parceria A.M.Pereira, 1930; *Páginas desconhecidas* (Introd., coord. e notas de Lopes de Oliveira), Lisboa, Seara Nova, 1948; *Literatura e filosofia* (pref. de Cabral do Nascimento), Lisboa, Guimarães Editores, 1955; *O Jornal*, Lisboa, Guimarães Editores, 1960; *Política e história*, 2 vols., Lisboa, Guimarães Editores, 1957; *Fomento rural e emigração*, 3.^a ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1994; *Portugal e Brasil* (introd. e notas de Sérgio Campos Matos), Lisboa, Centro de História, 2005; *A Biblioteca de Oliveira Martins* (introd. de Martim de Albuquerque e org. de Paula Fernandes Martins), Lisboa, Guimarães Ed., 2009.

Bibliografia Passiva: AYALLA, Frederico D. d', *Os ideais de Oliveira Martins*, Lisboa, J.Bastos, 1897; *Cadernos do Noroeste. Actas do Colóquio Oliveira Martins*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, vol.7, n.º 1, 1994; Pedro CALAFATE (introd. e selecção de textos), *Oliveira Martins*, Lisboa, Ed. Verbo, 1990; CATROGA, Fernando, "O problema político em Antero de Quental. Um confronto com Oliveira Martins", *Revista de História das Ideias*, nº3, 1981, pp. 341-520; Id., "História e ciências sociais em Oliveira Martins", in *História da História em Portugal sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 117-159; CUNHA, Norberto, *Sobre a natureza humana e as suas desigualdades em Oliveira Martins*, Separata de *Diacrítica*, nº 10, Braga, Universidade do Minho, 1995; DUARTE, Luís Miguel, Luís Miguel Duarte, *D.Duarte*, Círculo de Leitores, 2005; Fernandez Clemente, Eloy, *Ler História* nº 54, Maio de 2008: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/2400>.

Oliveira Martins nas minas de Santa Eufémia (1870-1874) FIGUEIREDO, Fidelino de, *História d'um "Vencido da Vida"*, Lisboa, Parceria A.M.Pereira, 1930; Paulo FRANCHETTI, "No centenário da morte de Oliveira Martins", *J.M. Eça de Queiroz, J.P. Oliveira Martins, Correspondência*, São Paulo, UNICAMP, 1995; V. Magalhães GODINHO, *Ensaio III. Sobre teoria da história e historiografia*, Lisboa, Sá da Costa, 1971; GUERREIRO, Manuel Viegas, *Temas de antropologia em Oliveira Martins*, Lisboa, ICLP, 1986; HOMEM, Amadeu Carvalho, "Oliveira Martins", *História de Portugal* (dir. de João Medina), vol. IX, Lisboa, Ediclube, 1993, pp.145-148; *Inventário do espólio de Oliveira Martins* (org. de Maria José Marinho; cronol. de Carlos

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Maurício), Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995; *Joaquim Pedro de Oliveira Martins. In Memoriam*, s.l., n.d.(1902); LOURENÇO, Eduardo, "Lembrança de Oliveira Martins - história e mito", *Oliveira Martins e os críticos da História de Portugal*, Lisboa, IBNL, 1995; MARTINS, Guilherme de Oliveira, *Oliveira Martins. Uma biografia* (pref. de Eduardo Lourenço), Lisboa, INCM, s.d.; MATOS, Sérgio Campos, "Na génese da teoria do herói em Oliveira Martins", *Estudos em homenagem a Jorge Borges de Macedo*, Lisboa, INIC, 1992, pp. 475-504; Id., *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*, Lisboa, Ed. Colibri 1998; Id., "História e ficção em Oliveira Martins. Imagens da Degenerescência", *Revista de História das Ideias*, vol. 21, Coimbra, 2000, pp.159-192; MAURÍCIO, Carlos C., *A invenção de Oliveira Martins, política, historiografia e identidade nacional no Portugal Contemporâneo (1867-1960)*, Lisboa, INCM, 2005; MEDINA, João, *As Conferências do Casino e o socialismo em Portugal*, Lisboa, Pub. D. Quixote, 1984; SILVA, Augusto Santos, *Oliveira Martins e o socialismo*, Porto, Afrontamento, 1987; Id., *Palavras para um país*, Lisboa, Celta, 1997; MOURA, João Lobo de, *Cartas a Oliveira Martins e Jaime Batalha Reis* (ed. de Ana M^a Almeida Martins), s.l., Quimera, 2002; QUENTAL, Antero de, *Cartas* (ed. Ana M^a Almeida Martins), 3 vols., Lisboa, INCM, 2009; QUEIROZ, Eça de *Correspondência* (org. e nota de A.Campos Matos), 2 vols., Lisboa, Caminho, 2008; RUFINO, Maria Carolina, *O processo historiográfico de Oliveira Martins na edificação da memória do Infante D. Pedro*, Lisboa, s.n. 2017; Id., *Na génese de uma narrativa histórica sobre o miguelismo: o Portugal Contemporâneo de Oliveira Martins*, Lisboa, s.n., 2018; SILBERT, Albert "Oliveira Martins et l'Histoire", *Regards sur la génération portugaise de 1870*, Paris, FCG, 1970; TEIXEIRA, André Caracol, As «fontes inexauríveis dos escritores da Antiguidade» na *História da República Romana* (1885), de J. P. Oliveira Martins [trabalho policopiado inédito, 2021]; VAKIL, Abdoolkarim, "Caliban na Biblioteca: Oliveira Martins, ciências sociais, cidadania e colonialismo", *Estudos Portugueses e Africanos*, n.º 25/26, 1995, pp.109-127; "Leituras de Oliveira Martins. História, ciências sociais e modernidade económica", *Revista da Universidade de Coimbra*, XXXVIII, 1999, pp.47-81.

Sérgio Campos Matos